

DECRETO POLÊMICO *Hoje é o último dia para contestar áreas indígenas em demarcação*

Recursos devem atingir 50 reservas

Editoria de Arte/Folha Imagem

As áreas contestadas, em hectares

Reserva Indígena	Área	Contestações	Quem contesta
Xucuru (PE)	26.980	271	fazendeiros, prefeitura
Arara do Rio Branco (MT)	114.842	15	posseiros
Cachoeira Seca (PA)	760.000	5	não fornecido
Apyterewa (PA)	980.000	3	empresa madeireira
Enawene Nawe (MT)	742.089	2	empresa agropecuária
Munduruku 2 (PA)	1.965	2	garimpeiros
Tremembé de Almofala (CE)	4.900	2	fazendeiros
Sete Cerros (MS)	8.584	1	empresa agropecuária
Évare 1 (AM)	548.177	1	índios
Évare 2 (AM)	176.206	1	posseiros
Baú (PA)	1.850.000	1	empresa mineradora
Seruini-Mariene (AM)	144.000	1	empresa agropecuária
Jatuarana (AM)	5.251	1	fazendeiros
Uru-Eu-Wau-Wau (RO)	1.867.118	1	empresa madeireira
Maxacali (MG)	5.306	1	fazendeiros
Awá-Guaja (MA)	118.000	1	fazendeiro
Jarará (MS)	479	1	fazendeiros
Tapeba (CE)	34.150	1	fazendeiros
Krikati (MA)	146.000	1	não fornecido
Trincheira Bakaja (PA)	1.650.939	1	não fornecido
Kanauanin (RR)	11.182	1	não fornecido
Jaguapiré (MS)	2.349	1	não fornecido

Fonte: Funai

Obs: contestações feitas até 2 de abril

PAULO SILVA PINTO
da Sucursal de Brasília

Entre as 201 áreas indígenas em demarcação, cerca de 50 devem ter sua existência contestada até hoje, data limite fixada no decreto que permitiu a revisão das reservas.

A estimativa é da diretora do departamento de Assuntos Fundiários da Funai (Fundação Nacional do Índio), Iza Pacheco.

Até quinta-feira, às 17h, porém, só 22 dessas áreas indígenas tinham sido contestadas, por 315 pessoas, empresas, ou entidades.

“As pessoas estão preferindo deixar para o último dia para que a gente tenha menos tempo de analisar os processos”, diz Iza.

As contestações por meio de processo administrativo passaram a ser possíveis em razão do decreto 1.775, preparado pelo ministro Nelson Jobim (Justiça), e publicado em 9 de janeiro.

O decreto provocou uma explosão de protestos de ONGs (organi-

zações não-governamentais) brasileiras e internacionais.

Jobim afirma que a possibilidade de contestar as demarcações é indispensável. Sem isso, segundo ele, as terras indígenas podem ser todas questionadas na Justiça.

Alívio

O balanço parcial de quinta-feira trouxe alívio ao Ministério da Justiça. Para o secretário-executivo Milton Seligman, o teor dos processos, mais que o número deles, traz motivos para comemoração.

As pessoas que se instalaram em terras indígenas e tiveram de sair depois estão alegando, em geral, que foi injusta a indenização por benfeitorias que fizeram.

A partir de amanhã, os técnicos da Funai terão dois meses para analisar as contestações. Em seguida, o ministro da Justiça terá um mês para homologar, ou não, a área demarcada pela Funai.

As áreas contestadas até quinta representavam, no total, 11,1 milhões de hectares dos 94,7 milhões de hectares de terras indígenas (11,13% do território nacional).

600
8/4/96
FSP
Pg. 1-8